



**Ministério da Agricultura
e Ambiente**

Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

MINISTRO



**CÂMARA MUNICIPAL DO MAIO
GABINETE DO PRESIDENTE**

**CONTRATO-PROGRAMA COM O MUNICÍPIO DO MAIO
NO QUADRO DO PROGRAMA DE MITIGAÇÃO DOS RESULTADOS
DO ANO AGRÍCOLA DE 2021/2022**

Considerando que:

A campanha agrícola referente ao ano de 2021/2022 foi caracterizada por uma estação de chuvas deficitária em todo o arquipélago (média de 294.0 mm), concretizando-se a previsão climática sazonal do Centro Africano de Aplicação da Meteorologia para o Desenvolvimento (ACMAD) e do Centro Regional de Aplicações em Agrometeorologia e Hidrologia Operacionais (AGRHYMET) para o período de junhos a setembro de 2021.

A situação refletiu negativamente e de forma muito diferenciada na produção agropecuária, sobretudo na componente produção forrageira, que foi de má a crítica nas zonas mais áridas do país, de deficitária a baixa nos estratos semiárido e de normal a boa nos estratos sub-húmido e húmido. A recarga das águas subterrâneas e a sua retenção superficial ficaram muito aquém do desejável, o que se reflete, negativamente, na produção agropecuária de 2021/2022.

Neste sentido, para mitigação dos resultados da campanha agrícola 2021/2022 e em conjugação com a estratégia da resiliência do setor agrário, o Governo promove a implementação de medidas que contribuem para (i) a o reforço da produção agro-silvopastoris e proteção dos ecossistemas terrestres; (ii) mobilização de água (iii) reforço da resiliência das famílias, através da promoção do emprego público nos municípios mais afetados, sobretudo na realização de obras públicas duradouras e com impacto muito positivo na qualidade do ambiente e no bem-estar dos cidadãos.

Estas intervenções serão realizadas de forma diferenciada nos Municípios, em função da situação resultante da campanha agrícola 2021/2022 de cada município.

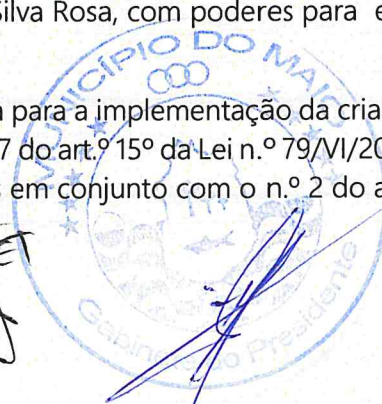
Para o efeito, o Governo de Cabo Verde aprovou, a Resolução n.º 96/2021, de 20 de outubro, que estabelece as medidas de Mitigação dos Resultados do Ano Agrícola 2021/2022.

Assim, entre:

O Governo de Cabo Verde, representado neste ato pela Diretora Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Agricultura e Ambiente, Dra. Arilde Galvão Teixeira, com poderes para este ato; e o Município do Maio, com número de contribuinte 351759581., com sede na Cidade de Porto Inglês, Concelho do Maio, representado pelo presidente da respetiva Câmara Municipal, Sr. Miguel Silva Rosa, com poderes para este ato.

É celebrado, ao abrigo da Resolução n.º 96/2021, de 20 de outubro, criada para a implementação da criação de empregos de acordo com a Medida III, conjugados com os números 4 e 7 do art.º 15º da Lei n.º 79/VI/2005, de 05 de agosto, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais em conjunto com o n.º 2 do art.º

A 127



4º da Resolução n.º 96/2021, de 20 de outubro, o presente contrato-programa no âmbito do Programa de Mitigação dos Resultados do Ano Agrícola 2021/2022, nos termos constantes das seguintes cláusulas:

Cláusula 1ª

Objeto

1. O presente contrato-programa tem por objeto a implementação da Medida III constante da Resolução n.º 96/2021, de 20 de outubro;

Cláusula 2ª

Comparticipação financeira e desembolso e prestação de contas

1. O Governo atribui ao Município do Maio uma participação financeira, no montante total de 6.473.220\$00 (seis milhões, quatrocentos e setenta e três mil, duzentos e vinte escudos), para a implementação das medida III relativa à criação de empregos nos municípios, mediante a participação de 20% do montante do seu contrato-programa.
2. A criação de emprego, prevista no n.º 1 da cláusula 2ª, será implementada, através da construção de infraestruturas públicas duradouras de interesse coletivo, passíveis de quantificação e verificação, com impacto positivo na qualidade do ambiente e no bem-estar dos cidadãos, (melhoria das acessibilidades das zonas de vocação agrícola, infraestruturas de conservação de solos e água,).
3. Em caso da possibilidade da assinatura de Adenda a este Contrato-programa, a Câmara Municipal deverá participar com 20% do montante do seu contrato-programa.
4. A forma de desembolso e prestação de contas deverá obedecer o previsto no artigo 4, n.º 2 e n.º 3 da Resolução n.º 96/2021 de 20 de outubro.
5. Os desbloqueamentos dos duodécimos serão efetuados mediante a apresentação e validação dos relatórios referentes a cada duodécimo desbloqueado.

Cláusula 3ª

Atividades a serem realizadas

As atividades a serem realizadas pelo Município do Maio, são as seguintes:

- i) Reabilitação de caminhos vicinais - em todas as localidades do concelho
- ii) Valorização de terrenos agrícolas - em todas as localidades do concelho
- iii) Todas as localidades rurais do concelho; Perímetros florestais do concelho

Cláusula 4ª

Vigência do presente acordo

O presente Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira tem a vigência de 10 (dez) meses, ou seja, do mês de janeiro a outubro de 2022.



Cláusula 5ª

Colaboração entre as partes

As partes comprometem-se a assegurar uma estreita colaboração, com vista ao mais correto acompanhamento e execução deste Protocolo e, em especial, a assegurar princípios de boa gestão financeira.

Cláusula 6ª

Acompanhamento e Relatórios

1. Para efeito de acompanhamento das atividades que geram emprego público e elaboração da estatística respetiva, os municípios devem remeter os dados e informações mensais (relatórios e fichas de medições) ao Ministério das Finanças e ao Ministério da Agricultura e Ambiente.
2. Os relatórios e as fichas de medições devem ser assinados e carimbados pela Câmara Municipal e pela Delegação do Ministério da Agricultura e Ambiente no Município.

Cláusula 7ª

Revisão do Protocolo

Quaisquer alterações, aditamentos ou exclusões ao mencionado no presente Protocolo são efetuadas por escrito, por adenda, passando a fazer parte integrante do mesmo, subscrita por ambas as partes.

Cláusula 8ª

Dúvidas e resolução de conflitos

As dúvidas emergentes da interpretação ou aplicação do presente acordo e eventuais conflitos serão resolvidos por concertação entre as partes.

Cláusula 9ª

Entrada em vigor

O presente Protocolo entra em vigor a partir da data da sua assinatura.

Feito na Cidade da Praia, em duplicado e assinado pelas partes, aos 19 dias do mês de novembro de 2021.

A Diretora Geral


Arilde Galvão Teixeira


O Presidente Câmara Municipal do Maio


Miguel Siva Rosa
